



VOTE NOS CANDIDATOS
DA CHAPA

UNIÃO E TRABALHO

1977

Tinam dúvidas com:
- Juliano, Giovanni, Walter, Cícero.

UNIÃO E TRABALHO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)

PRESIDENTE _____ WALTER (DIREITO)
VICE _____ JURANEIDE (SERVIÇO SOCIAL) } VENCEU

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)

PRESIDENTE _____ GIOVANNI (CIÊNCIAS SOCIAIS)
VICE _____ CÍCERO (CIÊNCIAS SOCIAIS) }

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS)

PRESIDENTE _____ LAIR (MEDICINA)
VICE _____ FARCÍSIO (FARMÁCIA) } VENCEU

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (CCEN)

PRESIDENTE _____ CARLOS AUGUSTO (GEOLOGIA)
VICE _____ CLODOMIRO (FÍSICA) } VENCEU

CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS (CCT)

PRESIDENTE _____ HUMBERTO PAZ (ENGENHARIA)
VICE _____ SÉRGIO DIEB (ARQUITETURA) }

OBS: A afirmativa VENCEU, foi confirmada a partir de
comparação com a Ata de eleição para o DIE em 23/06/77,
POR UMA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL INDEPENDENTE.

Quanto na lista de presenças estavam os presentes
deixa mencionados. Entretanto estiveram ausentes os
presidentes dos DAs do CCHLA e do CT, por conseguinte
não foi possível fazer a identificação dos cargos vencedores.

AOS ESTUDANTES DA UFRN

No período compreendido entre 74-76, procurando vencer a apatia e o acomodamento dos anos anteriores, os estudantes da UFRN buscaram recuperar o prestígio e a funcionalidade de suas entidades representativas, mobilizando-se em torno das eleições para os órgãos colegiados e os Diretórios Acadêmicos. Tal movimentação culminou nos acontecimentos precedentes e imediatamente posteriores às últimas eleições para a presidência e vice-presidência do DCE.

Considerando-se a sua significação essencial, a atividade dos estudantes universitários do RN, foi positiva; mas, no seu desenvolvimento, revelou uma série de erros que devem ser reconhecidos, criticados e negados na atuação presente e em oportunidades futuras.

Quais as falhas que poderiam ser destacadas como fundamentais?

1 Inicialmente, merece consideração o fato de que um número bastante reduzido de estudantes é que se dispôs a participação na nova prática, e, no curso do seu trabalho, não conseguiu, pela ausência de uma clara definição de posições e de objetivos de trabalho, ampliar sua área de influência no meio dos demais estudantes. Os representantes estudantis e seus colaboradores diretos (geralmente, membros das diretorias e comissões) desenvolveram sua ação sob característica marcadamente assistencialista e reduzida, em seu alcance, a determinados grupos, substituindo (e mesmo evitando) a participação do conjunto dos estudantes na mesma, e limitaram-se a enfrentar as situações concretas com uma visão puramente administrativa e burocrática do trabalho. A inexistência de um programa geral e de planos detalhados e específicos, provocou a dispersão e a inobjetividade da prática desenvolvida.

2

3

4 [Essas debilidades todas permitiram, como resultado mais grave, a continuidade do afastamento entre os estudantes e os seus diretórios. Durante todo o período em questão, não foi registrada, sequer, uma

única (e verdadeira) movimentação geral dos estudantes, na defesa de seus interesses ou em apoiar as proposições que tivessem por finalidade melhorar as condições de estudo e de permanência na Universidade.

Deve ser observado, com destaque especial, o problema da responsabilidade individual de alguns dos eleitos para as entidades de representação estudantil. O caráter embrionário do trabalho, aliado à inexperiência da quase totalidade dos estudantes interessados em imprimir um novo sentido à atividade dos órgãos colegiados e diretórios acadêmicos, além da herança negativa que era o saldo das direções anteriores, permitiu, na constituição das chapas, a indicação de nomes realmente incapazes de exercer com dignidade e dedicação as suas tarefas. Some-se, a todos esses fatos geradores de erro, a circunstância de que a discussão e o debate, no contexto da Universidade, estão restritos a faixas muito estreitas. Exemplo mais significativo dessa constatação, pode ser extraído dos acontecimentos relacionados com a eleição da atual diretoria do DCE (presidente e vice), que, depois de sua posse, passou a negar sistematicamente as posições e objetivos de defesa intransigente das reivindicações e interesses dos estudantes, posições e objetivos assumidos durante a disputa eleitoral, e perdeu-se na conciliação, na ociosidade e no ridículo.

Vale salientar, no entanto, que nem toda a realidade, referente aos anos 74-76, se reveste de uma feição negativa. Inúmeros aspectos dignos de observação refletem um indiscutível avanço, em relação aos anos anteriores. No caso específico da natureza da representação estudantil, considerando-se aqueles que dignificaram o mandato, manifesta-se uma sensível mudança, se a compararmos às representações anteriores, composta de aproveitadores e obscuros funcionários. Os Diretórios Acadêmicos, quanto ao seu trabalho e funcionamento, salvo as conhecidas exceções, apresentam-se, hoje, mais dinâmicos e abertos à

presença dos estudantes. Registra-se ainda, o desenvolvimento de determinadas reivindicações materiais dos estudantes e a ativação de programas culturais independentes.

Com o objetivo de superar as falhas registradas e, principalmente, de permitir uma evolução consequente do trabalho das entidades de representação estudantil da UFRN, é que estudantes de todos os centros (CCEN - CCSA - CCHLA - CCT - CCS) resolveram participar das atuais eleições para os diretórios acadêmicos, unidos em torno de posições e de um programa comum, e levar suas conclusões ao conjunto dos universitários do RN.

A Universidade, em sua estrutura e finalidade, deve se constituir num instrumento de levantamento e resolução, ao seu nível de contribuição e decisão, dos problemas que atingem a sociedade como um todo. Daí a conclusão de que, ao contrário do que se observa, as universidades devem voltar sua atenção para a melhoria das condições de vida da população, a definição de uma justa política social, a elaboração de um modelo econômico coerente com os interesses nacionais e populares, a construção de uma cultura e uma tecnologia nacionais, o estabelecimento de um sistema político democrático, fundado no respeito à vontade da maioria do povo, às prerrogativas constitucionais, aos direitos e liberdades fundamentais do homem.

Foge a sua missão histórica e social, a Universidade de que se coloca a serviço de grupos privilegiados, negando seus objetivos primordiais, anteriormente expostos, e transformando-se numa instituição conservadora, indiferente aos anseios nacionais e populares, defensora da situação dominante, mesmo que esta se caracterize pela injustiça e arbítrio, restringindo-se às atividades de caráter técnico e burocrático em função de um dado sistema sócio-político-econômico.

Uma outra questão a ressaltar, prende-se ao fato de que a Universidade não pode existir fora do contexto maior da sociedade que a sustenta, e para

3

que deve estar voltada. Por isso, a conclusão de que os problemas que atingem a sociedade, inevitavelmente se refletem no interior da instituição universitária. Seria, portanto, um absurdo afirmar-se a autonomia da Universidade em relação à sociedade. Enquanto membros da Universidade, os estudantes são, igualmente, responsáveis pelo enfrentamento e superação dos obstáculos colocados ao pleno desenvolvimento da sociedade, desenvolvimento que só é verdadeiro se a partir de bases nacionais, democráticas e populares.

No caso particular da Universidade, existem problemas gerais e particulares a serem considerados. Como reflexo da situação geral da sociedade, os estudantes defrontam-se, no seio da Universidade com dificuldades de toda ordem: materiais e intelectuais, econômicas e políticas. As condições de ensino revelam-se deficitárias, as possibilidades de estudar tornam-se cada vez mais difíceis. A escassez de verbas, em decorrência da constante queda dos percentuais destinados à educação pelo orçamento federal, conduz ao estabelecimento do ensino pago e impede a ampliação do acesso à vida universitária. O reduzido número de vagas não permite a dezenas de milhares de jovens brasileiros, entrar na Universidade. As anuidades, os restaurantes, as residências, tornam-se veículos de rentabilidade, assumem a função de substitutos, pelo que arrecadam dos estudantes, das verbas que faltam ao ensino universitário. A partir da diminuição do suporte econômico-financeiro, o ensino tem baixado seguidamente, o seu nível. Ao lado da crise material, a Universidade Brasileira apresenta um quadro político-cultural dos mais negativos. A organização e mobilização dos estudantes, em favor de seus direitos; o funcionamento efetivo dos órgãos de representação estudantil; a discussão livre e a plena manifestação do pensamento, estão impedidos. O Decreto-Lei 477, particularização, no setor universitário, das medidas gerais de exceção (AI-5) impostas à sociedade brasileira, é o mecanismo institucional de negação das liberdades

de estudantes, professores e funcionários da Universidade. Os regimentos internos das várias Universidades, por sua vez, reproduzem, com fidelidade, a natureza do 477. Observa-se, com frequência, o uso da arbitrariedade em relação às lideranças e ao conjunto dos estudantes universitários brasileiros. Tal situação, contudo, antes de funcionar como um obstáculo intransponível, deve ser encarada como um chamado à participação e ao exercício da representação estudantil. A melhoria das condições de ensino, a conquista de uma vida democrática, no interior da Universidade, só podem ser produtos da integração e do trabalho consciente dos estudantes. Com base na exposição precedente, os estudantes dos diversos centros da UFRM, unem-se na defesa do seguinte programa:

- por melhores condições de ensino, o que se traduz na existência de mais verbas;
- pela ampliação do acesso à Universidade, o que significa a ocorrência de mais vagas;
- pela revogação do decreto-lei 477 e demais instrumentos da legislação excepcional-repressiva, em favor da democratização da Universidade Brasileira;
- pelo fortalecimento das entidades estudantis e pela defesa permanente dos direitos e das justas reivindicações de todos os estudantes;
- por um modelo econômico que se apoie nos interesses nacionais e nas necessidades da grande maioria da nação brasileira e pelo estabelecimento, no conjunto da sociedade brasileira, de um regime democrático e popular, que respeite a vontade majoritária do povo, observe as disposições constitucionais, preserve os direitos humanos e garanta as liberdades fundamentais.

A dinamidade e representatividade dos DAs, só podem advir como resultado de um acúmulo de experiências e de um fortalecimento, com o desenvolvimento teórico-prático, da organização dos DAs e de suas ligações com ~~os~~ bases e conjunção dos estudantes)